

GERADORA EÓLICA OURO VERDE I S.A.

Relatório do auditor independente sobre as
demonstrações contábeis

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro
de 2019.

13 de fevereiro de 2020.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.

Geradora Eólica Ouro Verde I S.A.

Demonstrações financeiras
do exercício findo
em 31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre às demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12





RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

**Acionistas e aos Administradores da
GERADORA EÓLICA OURO VERDE I S.A.
João Câmara – RN**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Geradora Eólica Ouro Verde I S.A. (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja a expectativa de recebimento é posteriormente a data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, teremos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança e o órgão regulador.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nosso objetivo é obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.





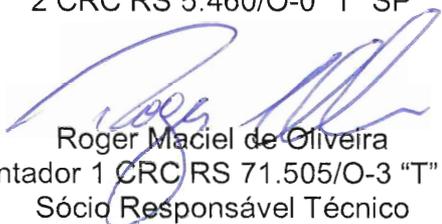
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, e da época da auditoria dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2020.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP



Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico



Luciano Gomes dos Santos
Contador 1 CRC RS 59.628/O-2
Sócio Responsável Técnico

Geradora Eólica Ouro Verde I S.A.Demonstrações financeiras do exercício findo em
31 de dezembro de 2019**BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais)**

	Notas	31/12/2019	31/12/2018		Notas	31/12/2019	31/12/2018
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	386	1.350	Fornecedores	6	6	-
Tributos a compensar	5	22	18	Partes relacionadas	8b	418	659
Despesas antecipadas		-	-	Obrigações tributárias	1	-	1
		408	1.368	Arrendamento a pagar	9	66	-
						490	660
Não Circulante				Não circulante			
Imobilizado em Curso	6	304	232	Partes relacionadas	8b	-	971
Intangível	7	4.967	3.900	Arrendamento a pagar	9	998	-
		5.271	4.132	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	8a	-	3.003
						998	3.974
Total do Ativo		5.679	5.500	Patrimônio líquido			
				Capital Subscrito	10	1.000	1.000
				Prejuízos acumulados		(122)	(134)
				Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	8a	3.313	-
				Total do patrimônio líquido		4.191	866
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		5.679	5.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Geradora Eólica Ouro Verde I S.A.
Demonstrações financeiras do exercício findo em
31 de dezembro de 2019

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO PARA O EXERCÍCIO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	-	(18)
Serviço de Terceiros	(7)	(13)
Tributos	(2)	(5)
Material	(1)	
Lucro (Prejuízo) operacional antes dos efeitos financeiros	<u>(10)</u>	<u>(18)</u>
Receitas financeiras	26	4
Despesas financeiras	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
Contribuição social	(1)	-
Imposto de renda	(2)	-
Lucro (Prejuízo) do exercício	<u>12</u>	<u>(15)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Geradora Eólica Ouro Verde I S.A.
Demonstrações financeiras do exercício findo em
31 de dezembro de 2019

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício	<u>12</u>	<u>(15)</u>
Resultados abrangentes do exercício	<u><u>12</u></u>	<u><u>(15)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Geradora Eólica Ouro Verde I S.A.Demonstrações financeiras do exercício findo em
31 de dezembro de 2019**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Lucro / Prejuízos acumulados	AFAC	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.000	(119)	-	881
Lucro do exercício	-	(15)	-	(15)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.000	(134)	-	866
Lucro do exercício	-	12	-	12
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	3.313	3.313
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.000	(122)	3.313	4.191

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Geradora Eólica Ouro Verde I S.A.Demonstrações financeiras do exercício findo em
31 de dezembro de 2019DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício	<u>12</u>	<u>(15)</u>
Redução (Aumento) dos ativos		
Despesas antecipadas	-	5
Tributos a compensar	(4)	-
Aumento (Redução) dos passivos		
Fornecedores	6	-
Tributos e contribuições a recolher	(1)	-
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	<u>13</u>	<u>(10)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(72)	(67)
Partes relacionadas - cessão de direitos	(1.215)	(1.629)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(1.287)</u>	<u>(1.696)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	310	3.003
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	<u>310</u>	<u>3.003</u>
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>(964)</u>	<u>1.297</u>
Demonstração da aumento de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.350	53
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>386</u>	<u>1.350</u>
Aumento/(redução) líquido de caixa	<u>(964)</u>	<u>1.297</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Geradora Eólica Ouro Verde I S.A. (Sociedade) foi constituída em 29 de fevereiro de 2016, por Brasil Ventos Energia S.A. com a Eólica Tecnologia Ltda, Ventos Tecnologia Elétrica Ltda e Central Eólica Ouro Verde I Ltda para, em conjunto com outras geradoras, explorar o potencial eólico subestação complexo Famosa III composto pelas Geradoras Eólica Arara Azul S.A., Geradoras Eólica Bentevi S.A., Geradoras Eólica Ouro Verde I S.A., Geradoras Eólica Ouro Verde II S.A. e Geradoras Eólica Ouro Verde III S.A., no município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte.

As atividades do Parque Eólico Ouro Verde I S.A. se iniciaram em março de 2016, entretanto o primeiro aporte de capital para fazer frente às primeiras despesas administrativas ocorreu no dia 23 de março de 2016 por parte Brasil Ventos Energia S.A. no valor de R\$ 900.

O Parque Eólico Ouro Verde I S.A. o referido empreendimento foi habilitado na ANEEL com potência nominal de 27,5 MW e comercializou no Leilão 10/2013 A-5 de 2013, um total de 9,8 MW médios com contratos para entrega de energia no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) por 20 anos, a partir de maio de 2018. Na habilitação foram previstos 11 aerogeradores de potência nominal de 2,5 MW e deverá ser implantada uma rede de distribuição de 34,5 kV, interligando os parques eólicos a subestação coletora que elevará a tensão de 34,5 kV para 138 kV, utilizando-se de uma linha de transmissão de 138 kV, com cerca de 14 km de extensão ligando o Complexo ao Sistema Interligado Nacional, por meio da subestação denominada João Câmara III, no município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte.

O custo estimado da construção dos Parques Eólicos é de cerca de R\$ 145 milhões *. Os recursos necessários para a construção do Parque Eólico Ouro Verde I S.A. serão viabilizados por meio de uma estrutura financeira de “*Project Finance*”, envolvendo aporte de capital pelos acionistas das Sociedades e captação de financiamento de longo prazo e empréstimo ponte no curto prazo junto ao BNDES e Instituições Financeiras.

O Parque Eólico Ouro Verde I S.A. optou pelo procedimento do MCSD em 2017 e cancelou todos os seus contratos de fornecimento de energia do ambiente regulado, tendo em vista as dificuldades financeiras do fornecedor do aerogerador WPE/IMPISA, que ocasionou no atraso substancial da construção do projeto. Neste momento o projeto entra em regime de gestão como green field, adotando-se apenas a manutenção das obrigações sobre a área do parque, projetos e licenças ambientais e medição certificada dos ventos. Faz parte dos objetivos futuros da BVE a construção e desenvolvimento do projeto.

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 1.000.

*Não auditado



1.1 Aprovação das demonstrações financeiras

A conclusão e emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foram aprovadas pela Diretoria em 11 de fevereiro de 2020.

2 Bases de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como pronunciamentos, interpretações e orientações da ANEEL

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos, outros ativos financeiros avaliados a valor justo.

b. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CFC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes.

3 Principais políticas contábeis adotadas

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de acordo com aquelas que já eram aplicadas as Companhia, mantendo uma uniformidade.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia cede e transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o



Geradora Eólica Ouro Verde I S.A.

Demonstrações financeiras do exercício findo em
31 de dezembro de 2019

passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários – CDB estão mensuradas ao seu valor de justo na data do balanço.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

a) Fornecedores

Referem-se a serviços necessários as operações da Companhia e suas controladas, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

(iii) Outros ativos e passivos (circulante e não circulante)

a) Reconhecimento e mensuração

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

b. Imobilizado

(iv) Reconhecimento e mensuração



Geradora Eólica Ouro Verde I S.A.

Demonstrações financeiras do exercício findo em
31 de dezembro de 2019

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado tem diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

(v) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de custo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

c. Intangível

Refere-se ao custo de software e de cessão e transferência de direitos relativos ao projeto de exploração do Parque Eólico. É registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada apurada pelo método linear.

d. Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível

A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente os bens do imobilizado e intangível com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis da unidade geradora de caixa ou intangíveis, ou, ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. De acordo com a avaliação da Companhia e suas controladas, não há qualquer indicativo de que os valores financeiros da sua unidade geradora de caixa ou dos seus ativos intangíveis não serão recuperados por meio de suas operações futuras.

e. Imposto de renda e contribuição social

Quando aplicáveis, são calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

f. Arrendamento

Adoção da IFRS 16/ CPC 06 (R2) - Arrendamento mercantil

Em vigor desde 1º de janeiro de 2019, a IFRS 16, refletida no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, tem como objetivo fornecer a base para que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas.



Geradora Eólica Ouro Verde I S.A.

Demonstrações financeiras do exercício findo em
31 de dezembro de 2019

A Companhia aplicou a IFRS 16 utilizando o método retrospectivo modificado e as informações financeiras, todos os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019, com possibilidade de conter um arrendamento, nos termos descritos na norma, foram objeto de avaliação pela Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações financeiras	386	1.350
Total	386	1.350

Tendo em vista a utilização imediata dos fundos de recursos da Companhia, as aplicações financeiras possuem características de aplicação de curtíssimo prazo diretamente em conta corrente no Banco Bradesco, com o objetivo de remunerar o saldo diário através do CDI – Certificados de Depósito Interbancário (aplicações automáticas realizadas pela instituição financeira). Por esta razão, foram considerados como equivalentes de caixa.

5 Tributos a compensar

	31/12/2019	31/12/2018
CSLL a recuperar	3	3
IR a recuperar	19	15
Total	22	18

6 Imobilizado

Imobilizado em curso	31/12/2019			Saldo em 31/12/2018
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
Geração Eólica				
Arrendamentos	299	-	299	227
Outros Custos	54	-	54	54
(-) Impairment	(49)	-	(49)	(49)
	304	-	304	232

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios foi a seguinte:

Descrição	31/12/2018	Adições	Transferências	Rev. Prov. p/ Perda	Prov. p/ Perda	31/12/2019
Geração Eólica						
Arrendamentos	227	72	-	-	-	299
Outros Custos	54	-	-	-	-	54
(-) Impairment	(49)	-	-	-	-	(49)
	232	72	-	-	-	304

Descrição	31/12/2017	Adições	Transferências	Rev. Prov. p/ Perda	Prov. p/ Perda	31/12/2018
Geração Eólica						
Arrendamentos	160	67	-	-	-	227
Outros Custos	54	-	-	-	-	54
(-) Impairment	(49)	-	-	-	-	(49)
	165	67	-	-	-	232



7 Intangível

Intangível em curso	31/12/2019			Saldo em 31/12/2018
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	
Direito de uso - Arrendamento	1.064		1.064	
Cessão de direitos	3.903	-	3.903	3.900
	4.967	-	4.967	3.900

A movimentação do ativo intangível no exercício foi a seguinte:

Descrição	31/12/2018	Adições	Rev. Prov. p/ Perda	31/12/2019
Direito de uso - Arrendamento		1.064		1.064
Cessão de direitos	3.900	3	-	3.903
	3.900	1.067	-	4.967

Descrição	31/12/2017	Adições	Rev. Prov. p/ Perda	31/12/2018
Cessão de direitos	3.829	71	-	3.900
	3.829	71	-	3.900

Refere-se ao custo associado a cessão e transferência de direitos relativos ao projeto de exploração dos Complexos Eólicos Famosa III. Tal cessão está prevista no acordo celebrado entre os acionistas quando da constituição do Consórcio para participação no leilão.

Os direitos do projeto foram adquiridos das empresas, Central Eólica Arara Azul Ltda, Central Eólica Benteví Ltda, Central Eólica Ouro Verde I Ltda, Central Eólica Ouro Verde II Ltda e Central Eólica Ouro Verde III Ltda, ambas controladas pela acionista do consórcio, Ventos Tecnologia Elétrica.

8 Partes relacionadas

Empresa	31/12/2019				31/12/2018		
	Circulante	Não Circulante	Patrimônio Líquido	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Brasil Ventos Energia S.A - AFAC (a)	-	-	2.989	2.989	-	2.989	2.989
Ventos Tecnologia Elétrica - AFAC (a)	-	-	97	97	-	14	14
Eolica Tecnologia- AFAC (a)	-	-	227	227	-	-	-
Central Eólica Ouro Verde I LTDA (b)	418	-	-	418	659	971	1.630
	418	-	3.313	3.731	659	3.974	4.633

a) O saldo classificado no passivo circulante e não circulante, refere-se a adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados pela Holding – Brasil Ventos Energia S.A. Estes recursos foram aportados por meio de rateios de despesas administrativas e aportes financeiros. Os valores foram transferidos do Não circulante para o Patrimônio Líquido como Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital.

b) Os saldos classificados no passivo circulante e não circulante, sob o título Contrato de cessão de direitos, referem-se a valor a pagar pelas geradoras à Central Eólica Ouro Verde I



Geradora Eólica Ouro Verde I S.A.

Demonstrações financeiras do exercício findo em
31 de dezembro de 2019

LTDA. em decorrência do Termo de Cessão e Transferência de Direitos de Exploração do projeto do Parque Eólico.

9 Arrendamentos a pagar

Em atendimento ao CPC 06 (R2), a Empresa realizou estudo para enquadramento a nova regra e reconheceu em dezembro de 2019, contabilizando o reconhecimento da dívida no Passivo em contrapartida o Imobilizado intangível direito de uso.

Os saldos classificados no passivo circulante e não circulante, sob o título de arrendamentos a pagar, referem-se a valores até o final do contrato de um instrumento que assegura o “Direito de Usar ou Dispor do local a ser destinado à implantação do empreendimento”, e é um dos requisitos de habilitação de Projetos Eólicos na Empresa de Pesquisa Energética – EPE para participação dos Leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em geral, se estabelece nesses contratos um prazo de vigência aderente ao período de prospecção, projeto, implantação e operação do empreendimento, perfazendo uma faixa de aproximadamente 30 anos.

	Consolidado 31/12/2019		
	Circulante	Não Circulante	Total
Arrendamentos a pagar	66	998	1.064

10 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado está representado por 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais da sociedade.

Capital Social	31/12/2019			31/12/2018		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
Brasil Ventos Energia	900.000	900	90,00%	900.000	900	90,00%
Eólica Tecnologia	29.900	70	2,99%	70.000	70	7,00%
Ventos Tecnologia Elétrica	70.000	30	7,00%	29.900	30	2,99%
Central Eólica Ouro Verde I LTDA	100	-	0,01%	100	-	0,01%
	1.000.000	1.000	100,00%	1.000.000	1.000	100,00%

11 Reversão provisões

A Companhia executou o procedimento de reversão do cálculo do contrato oneroso em razão da desconstrução de energia (rescisão contratual do 18º LEN, produto 2018-20), ocorrida em 08/05/2017, no mecanismo (MCSD EM A4+). A administração da Companhia em 31 de dezembro de 2017, decidiu baixar contabilmente todo o efeito do contrato oneroso no valor de R\$22.885, e todo efeito do impairment no valor de R\$ 3.892 e adotou os conceitos avaliação do seu investimento a valor justo, no qual foi apurado uma provisão no valor de R\$ 49.



12 Despesas operacionais

As despesas acima referem-se a gestão administrativo-financeira e técnica da Companhia e suas investidas.

13 Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativo caixa e equivalentes de caixa e passivo – fornecedores são equivalentes em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

(i) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, e não operou com derivativos no período. No entanto, caso haja utilização poderá ser considerada com a finalidade de evitar exposições a riscos.

(ii) Gestão de Capital

A Companhia obtém recursos diretamente por aportes realizados por seus acionistas, destinando-se principalmente ao seu programa de investimentos nos empreendimentos de geração eólica e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

Diretor Administrativo - Financeiro

Diretor Técnico



Contadora: Maria Inês Dressler
CRC: RS-049754/O-4T-SC

